

Do corpo produtivo ao corpo consumidor: a Educação Física na modernidade líquida¹

Ivan Marcelo Gomes/UFES/Vitória/ivanmgomes@hotmail.com

Valter Bracht/UFES/Vitória/valter.bracht@pq.cnpq.br

Felipe Quintão de Almeida/UFES/Vitória/fqalmeida@hotmail.com

Resumo

Neste artigo, inicialmente descrevemos alguns aspectos do discurso legitimador da Educação Física brasileira à luz das considerações de Zygmunt Bauman a respeito do que ele denomina, em diversos livros, de modernidade sólida. Na sequência, analisamos alguns descompassos produzidos em função da transição, anunciada pelo autor, da modernidade sólida à modernidade líquida.

Palavras-chave: Corpo. Educação Física. Modernidade.

Introdução

A metáfora do “corpo como máquina” “atravessa” a constituição do discurso legitimador da Educação Física como componente curricular. Importa discutir a atualidade desse modelo, especialmente porque estaríamos presenciando um descompasso entre o universo simbólico que legitimou a Educação Física, no início do século XX, e o universo simbólico da modernidade atual, adjetivada de distintos nomes (Bracht, 2003). Neste artigo, enfrentamos esse desafio utilizando, como suporte, as reflexões do sociólogo polonês Zygmunt Bauman. Inicialmente, descrevemos alguns aspectos do discurso legitimador da Educação Física à luz das considerações de Bauman a respeito do que ele denomina, em diversos livros, de modernidade sólida. Na sequência, analisamos alguns descompassos produzidos em função da transição, anunciada pelo autor, da modernidade sólida à modernidade líquida.

¹ Uma versão completa deste artigo está publicada em Varea e Galak (2013).

O discurso legitimador da Educação Física na modernidade sólida

São conhecidos, no âmbito dos estudos historiográficos da Educação Física brasileira, os argumentos a respeito das diversas funções sociais da disciplina (seu discurso legitimador) no momento de sua constituição, como campo acadêmico. Não pretendemos retomar ou mesmo sumarizar as principais razões nessa direção. Para os propósitos do artigo, essencial é explorar aquelas funções, recorrendo-se à Sociologia de Bauman. Essa operação nos leva ao diagnóstico do autor a respeito da sociedade moderna. Sua leitura e crítica da modernidade foi, por assim dizer, delineada em quatro importantes obras (Bauman, 1998, 1999a, 2001, 2010). O elo entre essas diferentes escritas é o modo como Bauman interpreta a modernidade. Esse liame é representado pelo conceito de “ordem”, pois, segundo o sociólogo, a modernidade correspondeu a um tipo de organização social que fez da “ordem como tarefa” sua forma precípua de operação. Foi, portanto, na luta contra a Ambivalência, a desordem ou o caos que a modernidade se constituiu. A partir de 2000, Bauman tem nomeado essa modernidade de “sólida”. Nesse contexto, o esforço de ordem pretendia limpar a área “[...] para novos e aperfeiçoados sólidos; para substituir o conjunto herdado de sólidos deficientes e defeituosos por outro conjunto, aperfeiçoado e preferivelmente perfeito, e por isso não mais alterável” (Bauman, 2001:9).

Ficam ainda mais visíveis os laços da ordem como tarefa e a modernidade sólida quando analisamos três conceitos que fundamentam a descrição de Bauman a respeito da sociedade moderna: o Estado, os intelectuais e o trabalho. Em relação ao Estado, o sociólogo explicou seu funcionamento recorrendo à metáfora da jardinagem. O Estado moderno funcionaria à imagem e semelhança de um jardineiro, daí cunhar a expressão “Estado jardineiro” (Bauman, 1998, 1999a, 2010) para caracterizá-lo. Em todo projeto de jardim, diz ele, o jardineiro tem uma prévia visão do que pretende construir. Nesse programa, nem todas as plantas ou culturas silvestres são desejadas, de modo que precisam ser eliminadas. O trabalho do jardineiro, portanto, pressupõe os

atos de incluir/excluir, cortar/regar, limitar/expandir. Em relação ao discurso intelectual mais afeito à imagem da modernidade sólida, Bauman operou com a metáfora da legislação para caracterizá-lo. Neste caso, o sociólogo (1998, 1999a, 2010) demonstrou como o discurso filosófico e científico da modernidade assumiu a característica de uma razão legisladora. Nessas circunstâncias, filósofos e cientistas, dotados do poder da razão, seriam os únicos capazes de legislar sobre a vida boa, melhor, sobre o verdadeiro caminho que leva até ela, pois legislar e impor as leis da razão é o fardo daqueles poucos conhecedores da verdade. No que diz respeito ao trabalho, afirma o sociólogo (2001) que ele foi alçado à principal valor da modernidade sólida, o eixo seguro em torno do qual se fixavam autodefinições, identidades e projetos de vida. Foi atribuído a ele o principal papel da moderna ambição de colonizar o futuro, a fim de substituir o caos pela ordem e a contingência pela previsibilidade.

Considerando esse diagnóstico de Bauman, como situar o discurso legitimador da Educação Física na modernidade sólida?

Começamos pela última categoria: o trabalho. O discurso legitimador da Educação Física estabeleceu uma relação estreita com o mundo do trabalho. Em outras palavras, também na Educação Física o trabalho apresentou-se como elemento central de geração de sentido para a prática ou, na linguagem de Bauman, para a construção de uma sociedade ordenada. A Educação Física, na modernidade sólida, também içou o trabalho a principal valor educativo, o eixo a partir do qual suas práticas deveriam estar organizadas. O corpo, nesse contexto, é funcional, máquina, objeto do domínio da natureza, que pode ser aperfeiçoado, melhorado, fortalecido em sua robustez, em sua capacidade física. É por isso que Bauman (2001) utiliza outra metáfora para dizer que a modernidade sólida se caracteriza por ser uma sociedade de produtores que tem na fábrica fordista sua autoconsciência. Sendo uma sociedade baseada na produção, o corpo visado é o corpo produtivo, eficiente, disciplinado e moldado para o trabalho. Observe-se, ainda, que, nesse tipo de

modernidade, o trabalho é do tipo incorporado. Ou seja, ele está atado ao corpo do trabalhador, preso ao chão da fábrica, de modo que o trabalho não podia ser “removido” sem levar, com ele, o corpo do trabalhador, cuja aptidão física estava diretamente relacionada com a produção. Em alguma medida, isso explica por que se fez necessário associar, desde logo, o corpo produtivo à vontade. Atuar sobre o corpo produtivo pressupunha, também, influenciar a vontade, o vigor, combater a preguiça e outros comportamentos indesejáveis socialmente. A moral predominante, nessa direção, foi a ascética, portanto, uma moral coerente com a ética do trabalho, típica da modernidade sólida.

Além disso, conforme Bauman (1999b), o modelo de saúde desenvolvido pelas ciências médicas era justamente o de um homem em condições de realizar o esforço requerido para o mundo do trabalho. Fortalecer o corpo individual era o mesmo que fortalecer o Estado jardineiro. Esta convicção de um corpo saudável encontrou respaldo nos avanços científicos (especialmente os vinculados à Medicina) do início do século XX. A ciência médica ofereceu à Educação Física o discurso intelectual legislador ou a garantia para justificar sua identidade ou legitimidade nos currículos escolares.

O próximo passo consiste em analisar a atualidade desse modelo considerando o descompasso anunciado por Bracht (2003). Essa desarmonia é representada, no artigo, pela transição da modernidade sólida à modernidade líquida.

A Educação Física e seu discurso legitimador na modernidade líquida

A liquidez contemporânea assalta a durabilidade que era fundamental para a solidez moderna. Nesse contexto, o Estado, os intelectuais e o trabalho devem ser reinterpretados à luz dessa nova condição.

Na interpretação baumaniana, a capacidade e o interesse estatal pela jardinagem se enfraquecem. A globalização econômica e cultural tornou o Estado menos potente em sua missão civilizadora de delimitar e agir

claramente dentro de suas fronteiras, de seu jardim, em prol de um projeto de ordem. Concorrendo com o Estado, ganha força o mercado como mediador e fomentador das relações sociais. Agora, a polifonia mercantil apresenta distintos caminhos sem esclarecer quem está no comando da operação. Essa condição proporciona um novo cenário cognitivo para a tarefa dos intelectuais. Apontar um caminho para a Nação torna-se um empreendimento mais temeroso e menos confiável em um mundo cambiante e que tem como desafio a tarefa de aprender a conviver com as incertezas. Nessa condição, a tarefa intelectual não se coaduna com a razão legisladora, antes responsável por apontar uma direção segura e confiável. O próprio declínio da jardinagem estatal favoreceu a ampliação de lideranças de diferentes instâncias, nas quais se destacam os especialistas da vida privada. Nessa direção, os intelectuais foram alçados da condição de líderes racionais articulados ao Estado jardineiro para uma situação mais efêmera de conselheiros da política-vida. Tais aspectos favorecem o aparecimento de diferentes discursos sobre como os indivíduos devem construir seus frágeis projetos de vida e, ao mesmo tempo, esses conselheiros podem ser dispensados da sua tarefa em função da conveniência do aconselhado. Esse quadro apresentado delinea o que o autor denomina privatização da ambivalência, pois, se uma das principais tarefas dos intelectuais da modernidade sólida era tornar clara a nebulosidade causada pelas ambivalências, agora essa multiplicidade discursiva recai sob os indivíduos e sua capacidade de escolha.

Além desses aspectos, a segurança proporcionada pelo mundo do trabalho é atingida pela precarização e flexibilização instalada nas relações entre patrões e empregados. As possibilidades de projetos de longa duração ficam fragilizadas em situações nas quais não há nenhuma garantia de que o emprego ou a empresa permanecerão por muito tempo em um determinado local. Nessa direção, a ética do trabalho também é abalada nessa nova condição contemporânea, em que o mercado é apresentado como o guia mais confiável e os intelectuais são vistos como conselheiros privados. Se não há algo sólido que garanta a durabilidade da ética do trabalho, resta a

instabilidade e a profusão de imagens e renovados desejos oriundos de uma sociedade de consumidores. Em síntese, passamos de uma ética do trabalho para uma estética do consumo (Bauman, 1999b, 2001).

Em função da passagem de uma sociedade de produtores para uma sociedade de consumidores, de uma modernidade sólida para uma modernidade líquida, quais os desafios lançados para o discurso legitimador da Educação Física?

Os discursos da Educação Física não rejeitam o mundo do trabalho, mas aparecem novas articulações para a sustentação dessa relação. Os discursos que justificam a Educação Física escolar, mais do que argumentam em favor de adquirir capacidade física para o mundo do trabalho, projetam a Educação Física como espaço de conscientização para a construção de estilos de vida saudáveis por parte dos potenciais trabalhadores. A reconfiguração no mundo do trabalho, aqui abordada, não demanda a formação de corpos fortes para as fábricas, mas, sim, indivíduos aptos a se readaptarem às exigências de um mundo flexível. Para Bauman (2001), o trabalho sem corpo da era do *software* não mais amarra o capital: permite ao capital ser extraterritorial, volátil e inconstante. Além disso, os estilos de vida saudáveis a serem ensinados na Educação Física, e cultivados individualmente, não se destinam somente aos trabalhadores. Tais discursos se referem, com maior ênfase, às responsabilidades de cada um sobre seu corpo, para além da sua posição no mundo do trabalho, mas para as possibilidades de vivenciar os prazeres oferecidos pela sociedade de consumidores. Nessa direção, no emaranhado dos discursos que convivem em nossa área, o cultivo de um corpo flexível se destina à responsabilidade de se ter um corpo sã que não onere os cofres estatais, mas, principalmente, para um corpo atento e disponível para vivenciar as sensações contemporâneas. A estética do consumo aparece com mais potência do que a ética do trabalho nesta nova configuração. O corpo, como fonte e alvo dos prazeres, implica vê-lo como a Nação a ser defendida. O corpo-Nação e não o corpo cultivado para o Estado-Nação (jardineiro). Isso reforça os discursos dos estilos de vida saudáveis no campo da Educação

Física que indicam a responsabilização individual com o corpo como garantia fundamental para exercer a busca pela qualidade de vida.

A vida do consumidor não procura uma norma que oriente suas condutas, mas, sim, se organiza com base na sedução, por desejos sempre renovados. Essa fluidez gera modelos corporais e de saúde constantemente reelaborados. O corpo maquínico da modernidade sólida cede lugar para um corpo que é um espaço de construção de subjetividades advindas dessa experiência contemporânea como consumidor (mais do que como produtor). Isso afeta a Educação Física (e a escola) na medida em que se coloca em questão um corpo que, além da disciplina tradicionalmente cultivada, almeja ser alçado a um maior protagonismo nesse espaço.

Entendemos que isso desafia uma teoria da Educação Física em duas direções. Por um lado, indica um novo papel que está distante da cruzada cultural conduzida pelo discurso legislador da Educação Física na modernidade sólida. Os discursos da Educação Física contemporânea se aproximariam da tarefa de interpretação proveniente das distintas formas de vivenciar o corpo (e as práticas corporais) atualmente. Ela assumiria a função de mediador cultural que buscaria sua legitimação pedagógica em um duplo envolvimento: apresentando a força de sua interpretação perante outras, sem a pretensão de se colocar como o único e verdadeiro discurso da Educação Física, e, não menos importante, contribuindo para um debate sobre o novo estatuto do corpo no espaço escolar. Por outro lado, essa nova paisagem cognitiva da modernidade líquida caminha na direção de que os discursos da Educação Física fiquem limitados à tarefa de conselheiros privados para a vida saudável. A Educação Física (e seus profissionais) se restringiria a ser uma dentre tantos conselheiros especializados no mercado dos estilos de vida, fornecendo dicas e mercadorias nas prateleiras identitárias contemporâneas. Nessa direção, os conselheiros da Educação Física lutariam por fatias mercantis e seriam especialistas fundamentais na tarefa de disponibilizar informações e estratégias para os cuidados individuais com o corpo. Sua tarefa escolar estaria entre o

fomento da aptidão e das responsabilidades individuais que o “amor de si” da modernidade líquida requer e os cuidados e aconselhamentos sobre a ansiedade que necessariamente estão envolvidos nesse processo. É esse o destino da Educação Física?

Devemos aprender (e ensinar as próximas gerações) a arte de viver em um mundo saturado de informações sobre o corpo e a saúde. As possibilidades anunciadas nesta nova condição contemporânea parecem, como tentamos demonstrar, ser instigantes, mas os desafios a serem enfrentados para que os discursos da área não se resumam ao relativismo exacerbado das escolhas e responsabilidades individuais típicas da privatização das ambivalências parecem ser maiores ainda.

Referências

- Bauman, Z. (1998). *Modernidade e holocausto*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- _____. (1999a). *Modernidade e ambivalência*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- _____. (1999b). *Trabajo, consumismo e nuevos pobres*. Barcelona: Gedisa.
- _____. (2001). *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- _____. (2010). *Legisladores e intérpretes: sobre a modernidade, a pós-modernidade e os intelectuais*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- _____. *Identidade e crise da educação física: um enfoque epistemológico*.
- Bracht, V.; Crisório, R. (Org.). (2003). *A educação física no Brasil e na Argentina: identidade, desafios e perspectivas*. Campinas: Autores Associados. p. 13-29.
- Varea V.; Galak, E. (Org.). (2013) *Cuerpo y educación física. Perspectivas latinoamericanas para pensar la educación de los cuerpos*. Buenos Aires: Biblos. p. 103-125.